CONGRESSO

Liberados para tomar posse

Moraes indefere pedido para que deputados bolsonaristas não assumissem por suposto envolvimento nos atos terroristas

» RAPHAEL FELICE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, um pedido de suspensão da posse de 11 deputados federais suspeitos de envolvimento nos ataques golpistas de 8 de janeiro. Os parlamentares, além de apoiarem o vandalismo bolsonarista, compartilharam vários vídeos nas redes sociais que mantêm da invasão das sedes dos Três Poderes.

Na última sexta-feira, o grupo Prerrogativas — um coletivo de advogados simpáticos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva — entrou com uma representação pela suspensão da posse por entender que os parlamentares teriam incitado os ataques golpistas pelas redes sociais. Moraes pediu, no mesmo dia, para que a Procuradoria Geral da República (PGR) se posicionasse sobre o caso. No sábado, o subprocurador Carlos Frederico Santos apresentou parecer contrário à ação movida pelos advogados.

"Diante do exposto, indefiro o requerimento de suspensão dos efeitos jurídicos da diplomação em face dos deputados federais eleitos e diplomados", registrou o ministro. Moraes ainda negou a instauração de um novo inquérito policial para investigar o caso por entender que não havia "justa causa".

Conselho de Ética

O ministro, porém, encaminhou ofício à Presidência da Câmara para tomar cabíveis, no Conselho de Ética da Casa, contra os parlamentares bolsonaristas. "Da mesma maneira, no presente momento, indefiro a instauração de novo inquérito policial, por ausência de justa causa. Determino, ainda, seja oficiado, com cópia desta decisão e das petições de eDoc. 124-127, o excelentíssimo presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira, para adoção das providências que entender cabíveis no âmbito do Conselho de Ética. Ciência à Procuradoria-Geral da República, inclusive para, em entendendo ser o caso, acionar a Procuradoria-Geral Eleitoral, nos termos solicitados pelos requerentes", salientou Moraes.

Os alvos da representação do Prerrogativas são os deputados federais eleitos Nikolas Ferreira (PL-MG), Carlos Jordy (PL-RJ), Sargento Rodrigues (PL-MG), Rodolfo Nogueira (PL-MS), Silvia Waiãpi (PL-AP), João Henrique Catan (PL-MS), Walber Virgolino (PL-PB), André Fernandes (PL-CE), Marcos Pollon (PL-MS), Luiz Ovando (PP-MS) e Rafael Tavares (PRTB-MS). Todos têm um histórico de provocações e deboche aos integrantes do STF.

De acordo com o posicionamento da PGR, caso apareçam "novos elementos" que indiquem a participação dos deputados no vandalismo golpista de 8 de janeiro, eles deverão ser investigados e, eventualmente, processados. Mas, para o procurador Carlos Frederico, a abertura de uma apuração neste momento contra os parlamentares configuraria "constrangimento ilegal".

Rosinei Coutinho/SCO/STF

Moraes verifica o vandalismo bolsonarista contra o STF. Ministro concordou com a PGR e não viu conexão entre parlamentares e golpistas

» Hackers invadem página do PT

O site do PT foi invadido por hackers, na madrugada de ontem. Quem acessasse a página oficial da sigla encontrava uma tela preta acompanhada de uma imagem do ex-ator pornô Kid Bengala. Embaixo, uma provocação dos piratas ao partido: "Eae PT! Como tá? roubando muito ae", dizia a mensagem. O problema foi solucionado pela legenda e o site opera normalmente. Segundo o PT, não houve apropriação ou perda de nenhuma informação. Em nota, o partido salientou que a invasão da página "mantém a sucessão de sistemáticos ataques sofridos durante a campanha eleitoral, em especial". E observa: "É a reação diante do alcance, do engajamento e do papel cumprido pelo site e o conjunto de ferramentas de comunicação integrada do PT".

Indefiro o requerimento de suspensão dos efeitos jurídicos da diplomação em face dos deputados federais eleitos e diplomados"

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

FUNDO AMAZÔNIA

Scholz chega para anunciar contribuições

» LUANA PATRIOLINO

O chanceler alemão Olaf Scholz chegou ao Brasil para se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e oficializar o retorno do Fundo Amazônia. Segundo o secretário de Europa do Itamaraty, Kenneth Felix Haczynski da Nóbrega, a Alemanha doará 31 milhões de euros (aproximadamente R$ 170 milhões) para contribuir com a conservação da Floresta Amazônica.

A iniciativa tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. O trabalho também é voltado para a promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

O programa foi criado há 14 anos, mas está paralisado desde abril de 2019, quando Jair Bolsonaro revogou centenas de conselhos federais e os Comitê Orientador (Cofa) e Comitê Técnico (CTFA) — que atuavam no Fundo. Em novembro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF), durante o julgamento do chamado "Pacote Verde", determinou a reativação do trabalho em um prazo de 60 dias.

Segundo Nóbrega, a doação alemã deve ser dividida em duas etapas: 10 milhões de euros destinados a projetos de economia verde na região da Amazônia e outros 21 milhões de euros para o combate ao desmatamento e para a preservação da floresta.

Parcerias

Olaf Scholz esteve ontem em Buenos Aires, Argentina, e defendeu a conclusão rápida das negociações sobre um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Ele destacou a importância de reduzir a dependência econômica da Alemanha em relação à China, além de diversificar o comércio e fortalecer parcerias com outros países.

"Há um grande potencial para aprofundarmos ainda mais nossas relações comerciais, e as possibilidades que podem vir do acordo UE-Mercosul são claramente significativas", disse o chanceler em entrevista coletiva à imprensa ao lado do presidente argentino, Alberto Fernández. (**Colaborou Raphael Felice**)

Tobias Schwarz/AFP

Chanceler formalizará repasses de aproximadamente R$ 170 milhões

ROBERTO BRANT

"PRECISAMOS DE GOVERNOS QUE NÃO TEIMEM EM APENAS REPETIR O PASSADO, POIS O MUNDO MUDOU MUITO NESSES 20 ANOS. MUITAS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NOS SÃO FAVORÁVEIS, SE SOUBERMOS APROVEITÁ-LAS"

Democracia ou golpe?

Uma condição essencial para a convivência humana é que todos se ponham de acordo com o significado das palavras. À medida que os homens evoluíram e a linguagem se tornou mais elaborada para acompanhar a crescente complexidade da vida civilizada, começou a ganhar relevância a disciplina da retórica, um instrumento concebido para fornecer às pessoas especialmente treinadas os meios de usar os artifícios da palavra para convencer e prevalecer sobre os demais. Daí para as falsificações, os artifícios e a mentira para vencer a competição política foi apenas um pulo.

O Brasil de agora é um caso exemplar da extensão a que a retórica política pode chegar. Durante todo o processo eleitoral, a radicalização da disputa colocou na linha de frente dos debates as instituições da democracia, especialmente o processo eleitoral, o Parlamento e os tribunais superiores, todos eles postos em dúvida por Jair Bolsonaro e seus eleitores, e defendidos sem restrições por Luiz Inácio Lula da Silva e seus seguidores. A grande questão da luta eleitoral foi a confiança ou a desconfiança nas instituições.

Confirmada a vitória, os vencedores se apressaram em proclamar que a vitória foi das instituições e da democracia, e não de uma ideologia ou de uma visão do mundo, que nunca deveriam prevalecer sobre a integridade das instituições. Aparentemente foi um avanço civilizacional. Apenas aparentemente.

Apenas três semanas decorridas da posse, o presidente Lula demonstrou que as instituições democráticas e as normas constitucionais devem ser admiradas apenas quando funcionam a seu favor. E mostrou, também, que as palavras devem ter o significado que lhe interessa, independentemente do que dizem os dicionários.

Como todos sabemos, a ex-presidente Dilma Rousseff foi afastada mediante processo de impeachment, cujo roteiro foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e aprovado por maioria de três quintos na Câmara dos Deputados e no Senado, com o mais amplo apoio da opinião pública brasileira. Ou seja, o processo seguiu todos os trâmites constitucionais, com ampla defesa, sendo a sessão final sido presidida pelo presidente do STF. Lula chama agora de golpista o governo Temer e de golpe de Estado o funcionamento das instituições.

Ponto de vista

Nenhuma outra conclusão pode ser extraída senão que, para nosso presidente, a democracia e as instituições estão alinhadas ao seu partido ou não estão funcionando. Infelizmente para os brasileiros, mais um governo se instala sem a consciência profunda das responsabilidades que pesam sobre seus ombros, preferindo às duras tarefas de governar um país dividido e assombrado por todo o tipo de problemas, duelar com o passado e reescrever a história a seu favor.

Lula e seu partido sempre disseram, e o disseram com muita razão, que o Brasil precisava ter a coragem de buscar a verdade em sua história, especialmente em relação aos tempos sombrios que já vivemos. Para que esta afirmação mereça a necessária credibilidade, será preciso que ele e seu partido tenham a grandeza de também reconhecer os seus erros e os méritos dos que evitaram o colapso e o descalabro que se anunciavam irrevogavelmente naquele início de 2016. Negar isto é puro facciosismo.

Nosso país não tem sido um exemplo de sucesso, seja na produção de riqueza, seja na distribuição de justiça. Para mudarmos nosso destino, não basta ir em busca dos culpados. Afinal, nos últimos 20 anos, o país foi governado pelo PT durante mais de 13 anos e seria impossível atribuir todos os erros aos que governaram por menos de sete anos.

Precisamos de governos que não teimem em apenas repetir o passado, pois o mundo mudou muito nesses 20 anos. Muitas mudanças que ocorreram nos são favoráveis, se soubermos aproveitá-las. A formação do governo e os discursos do presidente não nos permitem, até agora, muita esperança, mas é muito cedo para desistirmos.

Um bom começo seria o presidente olhar mais para o futuro, não trazer para a vida pública as amarguras de sua vida passada e ter mais respeito com as palavras.